



ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: A reorganização do território no RS

Autor(es): RIBEIRO, Veridiana Soares; SALAMONI, Giancarla

Apresentador: Veridiana Soares Ribeiro

Orientador: Giancarla Salamoni

Revisor 1: Adão José Vital da Costa

Revisor 2: Carmen Rejane Flores Wizniewsky

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

Resumo:

Sabe-se que a estrutura agrária gaúcha foi consolidada, historicamente, pela presença da grande propriedade - a partir da doação de terras por meio de cartas de sesmarias - e pela produção em larga escala para exportação - organizando o espaço da agricultura com base no latifúndio e na monocultura. Entretanto, no Estado do Rio Grande do Sul pode-se evidenciar outras formas de ocupação e apropriação do território, como é o caso da porção norte, onde os imigrantes europeus não-portugueses diversificaram a produção em lotes coloniais. Desse modo, configurou-se no estado duas sociedades rurais distintas, a saber: no norte, uma agricultura de caráter familiar, caracterizada por pequenas e médias propriedades voltadas para produção de gêneros alimentícios diversificados e, no sul, uma agricultura patronal em grandes propriedades de pecuária extensiva. Nesse processo desigual de ocupação do território, muitos agricultores ficaram excluídos do acesso a terra, caracterizando um grande contingente de trabalhadores rurais sem terra. Por outro lado, com a modernização da agricultura e a conseqüente expansão das lavouras empresariais de soja, trigo e arroz, os agricultores que não possuíam terras suficientes e/ou capital para adotar o novo padrão de desenvolvimento agrícola, também, vão engrossar as fileiras do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. A partir deste cenário, em meados dos anos oitenta, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST o qual concretiza a luta camponesa pela Reforma Agrária, rompendo com o latifúndio e com os processos de expansão do capitalismo no campo. Mesmo sem o apoio efetivo das políticas públicas, ainda na década de oitenta, o MST organiza as primeiras ocupações a fim de exercer pressão sobre o Estado, visando a desapropriação de terras. A partir de então, a realização da reforma agrária encontra-se representada pela implantação dos primeiros assentamentos rurais, permitindo o acesso a terra àqueles que foram excluídos pelo processo histórico de apropriação privada da terra. No RS, milhares de agricultores do norte do estado, expulsos do campo pela modernização da agricultura, passam a ocupar lotes nos assentamentos da reforma agrária no sul do estado. Esse processo modifica, significativamente, a organização sócio-produtiva das áreas anteriormente voltadas à pecuária extensiva, re-configurando o território a partir da consolidação da agricultura familiar camponesa.